

O Avião com Pouco Combustível:

A Diplomacia de Dilma Rousseff na América Do Sul (2011-2016)

Douglas Romualdo Silva¹

Resumo

O artigo busca compreender quais foram os acontecimentos que influenciaram a diplomacia presidencial de Dilma Rousseff para a América do Sul, entre os anos de 2011 e 2016. Para tal, o trabalho traz como arcabouço teórico a Análise de Política Externa e demais conteúdos bibliográficos sobre o caso em questão. As conclusões oferecidas pelo trabalho apontam que a dificuldade da Presidenta Dilma Rousseff em estabelecer um forte papel de liderança e sua inabilidade em relação à Política Externa, combinados com alguns dos eventos na política doméstica e regional do período, resultaram na baixa expressividade do Brasil enquanto ator de importância central na América do Sul.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira – Governos Dilma – Diplomacia presidencial – América do Sul – Viagens presidenciais.

Abstract

This paper aims to understand which were the events acting upon the presidential diplomacy of Dilma Rousseff towards South America between the years of 2011 and 2016. For such task, the paper explores Foreign Policy Analysis as a theoretical framework along with various bibliographic contents on the case. The conclusions offered by this work point that President Dilma Rousseff's difficulty of establishing a strong leading role and inability towards Foreign Policy, combined with some of the events in domestic and regional politics that took place in that period, resulted in Brazil's small expressiveness as a central actor in South America.

Key words: Brazilian foreign policy – Dilma Rousseff's mandates – Presidential diplomacy – South America – Presidential trips.

¹ Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH (2020).
E-mail: contatodouglasr@gmail.com

Introdução

Se pensarmos que as relações internacionais entre o Brasil e a vizinhança sul-americana são pontes que fazem as ligações entre as idas e vindas dos interesses das partes e que o Brasil já atuou inúmeras vezes como representante da vizinhança em diversos fóruns internacionais, podemos imaginar que a Política Externa brasileira deve, ou ao menos deveria dar prioridade às suas relações com os residentes do subcontinente. Diferentes Presidências da República têm diferentes visões sobre tais relações. Alguns estudos dentro do campo das Relações Internacionais (RI) que demonstram que Lula, antecessor de Dilma Rousseff, deu grande prioridade à sua Política Externa na América do Sul e no “Sul Global” (SILVA & ANDRIOTTI, 2012; Miranda & Perrone, 2015). Similarmente, a presente pesquisa é um estudo de caso que tem como foco a diplomacia da Presidenta Dilma Rousseff na América do Sul entre os anos de 2011 e 2016. A pergunta que direciona a pesquisa é: Quais foram os episódios que influenciaram a diplomacia presidencial de Dilma Rousseff para a América do Sul e como a Presidenta reagiu frente a esses acontecimentos?

A hipótese a ser testada é a de que Dilma não construiu grandes realizações em sua Política Externa na região sul-americana, devido ao seu foco ter sido voltado para a crise doméstica e o seu insuficiente perfil de liderança em questões internacionais. A pesquisa aponta para a conclusão de que a diplomacia presidencial de Dilma Rousseff não teve a mesma expressividade que a de seu antecessor, Lula, pouco representou o Brasil internacionalmente e não foi capaz de colocar o país como em uma posição de liderança regionalmente. Este trabalho busca demonstrar essa conclusão analisando as viagens, o perfil político e as ações diretas da Presidenta na América do Sul. Metodologicamente, a pesquisa vale-se da Análise de Política Externa (APE) como abordagem capaz de auxiliar na compreensão do comportamento de Dilma Rousseff no que tange a sua diplomacia.

A Política Externa e os Líderes

Pode-se compreender que, apesar de que atores não-estatais estejam participando cada vez mais da formulação da Política Externa brasileira desde a redemocratização, ainda são os atores estatais que a comandam de fato. Essencialmente, é a elite diplomática e a presidência que ganham os holofotes

(Lopes, 2013). Nessa seção, buscamos o perfil adotado pela Presidenta em sua Política Externa.

i. Líderes na Política Externa

Algumas pesquisas no campo da Análise de Política Externa (APE) valem-se de pontos comportamentais para analisar os *decision-makers*². O livro de Valerie Hudson, *Foreign policy analysis: Classic and Contemporary Theory* e o livro de MORIN & PAQUIN (2018), *Foreign Policy Analysis: A Toolbox*, oferecem ideias sobre como o campo da Psicologia pode ser utilizado para auxiliar nas análises de líderes políticos e suas políticas externas.

Hudson (2014, p. 40) alerta sobre duas condicionantes que interagem com as emoções de mandatários: as crises e as incertezas. Em situações de crises, sejam internas ou externas, em maioria, as ações são tomadas pelo alto escalão da política. No caso brasileiro, as decisões sobre a Política Externa são tomadas pela presidência. Nesses momentos de crise, é possível ter uma visão mais clara sobre o comportamento do chefe de Estado em relação à Política Externa. Além disso, crises são geradores de incertezas. Considerando que elas são momentos delicados para desenhar ações políticas – que podem ocasionar em resultados tanto positivos quanto negativos (HUDSON, 2014, p. 40; MORIN & PAQUIN, 2018, p. 71) –, esse cenário também torna mais fácil observar os cálculos feitos pelos líderes políticos em suas decisões.

Outros pontos condicionantes que contribuem para analisar as ações realizadas pelos mandatários são: o treinamento diplomático e o conhecimento em específico em alguma região. No que concerne ao treinamento diplomático, cabe analisar se o chefe de estado, no caso Dilma Rousseff, já teria tido experiência na área diplomática antes de assumir o cargo na Presidência da República. Nesse sentido, vale observar, por exemplo, se ao longo de sua carreira Rousseff ocupou algum posto em nível internacional ou que tivesse colaborado para desenvolver um conhecimento mais profunda a respeito de uma região específica (HUDSON, 2014, p. 41). As ausências dessas duas condições colocaram a Presidenta em uma situação

² Tomadores de decisões (tradução livre). Nesse caso, os tomadores de decisões são os agentes que têm o poder na arena política, seja doméstica e/ou externa.

de dependência em relação a outras figuras (como as do chanceler e do assessor) para as tomadas de decisões.

Por fim, uma das condicionantes mais importantes para a análise diz respeito ao interesse da Presidenta em atuar na Política Externa. Esse interesse pode ser medido, por exemplo, no número de viagens internacionais e eventos protagonizados pela líder de Estado, como veremos mais adiante (HUDSON, 2014, p. 40; MORIN & PAQUIN, 2018, p. 71).

A análise feita aqui conta ainda com a sistematização da diplomacia presidencial sobre a qual Danese (2017) apresenta três vertentes: a condução pessoal; a diplomacia de iniciativas; e a de encontros. A primeira pode ser compreendida como as ações tomadas pela líder de Estado em que há um mínimo de interesse e/ou necessidade de se tomar uma decisão na Política Externa. Na diplomacia presidencial de condução pessoal, o líder de Estado se lança ao público para que a sua diplomacia não passe despercebida e que, tanto dentro das instituições quanto fora, este seja visto como a voz da Política Externa do Estado.

Na diplomacia presidencial de iniciativas, é importante observar como elas são construídas. As iniciativas partem especialmente do líder de Estado, mas podem partir também de sua assessoria. O caso inverso, no qual as ações são construídas a partir de terceiros e que o líder de Estado decide colocá-las em prática, não é compreendido como iniciativa na diplomacia presidencial (DANESE, 2017, p. 463-464). As iniciativas surgem principalmente da soma dos interesses em Política Externa com condução pessoal do líder de estado.

Por fim, uma das características mais importantes da diplomacia presidencial diz respeito às visitas e encontros que são feitos entre líderes. A diplomacia de encontros está diretamente ligada às viagens feitas pelo chefe de estado. Esses encontros são investimentos que podem ocasionar grande sucesso ou fracasso para fins de Política Externa (DANESE, 2017).

Há diversas categorias e vertentes³ que diferenciam as visitas umas das outras. Essa peculiaridade é uma chave que contribui na compreensão dos objetivos de Política Externa almejados pelo governante. Suas viagens podem começar até mesmo antes de seu mandato, ainda enquanto candidato. Como há um emaranhado

³ Não cabe aqui trabalhar sobre cada categoria e vertente de viagem feita por mandatários. Para saber mais, indica-se o livro "Diplomacia Presidencial: História e Crítica", escrito por Danese (2017).

de tipos de visitas e objetivos a serem alcançados, as viagens podem conter combinações de inúmeras visitas. Um líder pode, por exemplo, comparecer à cerimônia de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e se valer da presença de tantas outras lideranças políticas para realizar encontros bilaterais e multilaterais como proveitos da viagem (DANESE, 2017, p. 468-484). A atual pesquisa compreende que as viagens e encontros são importantes pontes para que os desejos nacionais compreendidos pelo líder ganhem amplitude no cenário internacional. Almejar um papel de liderança pode se traduzir, por exemplo, em se estabelecer como parte mediadora em uma situação de conflito entre outros estados.

A América do Sul nos Olhares Das Presidências

Antes de analisar mais profundamente o caso de Rousseff, faz-se importante compreender o papel desempenhado pela Constituição Federal de 1988 na Política Externa brasileira. Ressalto a especial importância de dois artigos: O art. 4 da Carta Magna diz respeito aos princípios que devem reger as relações exteriores do Brasil⁴. Além dos dez princípios enumerados, o artigo carrega um parágrafo de vital relevância que versa: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (Constituição Federal do Brasil, 1988).

O parágrafo em questão reforça como as ações da diplomacia brasileira devem trabalhar em prol do estabelecimento de laços na região, que ocuparia um lugar de determinada prioridade frente à Política Externa do Brasil.

Já o art. 84 trata a respeito das atribuições da presidência da República. Destaco aqui a importância de alguns dos incisos: I; VII; VIII; XIX; XX; e, XXII. O inciso I trata da competência de nomear Ministros de Estado – em especial ao Ministério das Relações Exteriores (MRE)⁵; o VII inciso é sobre a existência de relações com

⁴ O art. 4 da CF/88 enumera dez princípios que regem a Política Externa brasileira, sendo eles: I - Independência nacional; II - Prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - Igualdade entre os Estados; VI - Defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - Concessão de asilo político.

⁵ Também conhecido como Itamaraty, essa instituição é a de maior importância no que se diz respeito sobre a Política Externa do Brasil. Com nomeação para chanceler, a presidência confia no nome que irá guiar Política Externa brasileira, havendo respeito pelos princípios do quarto art. da CF/88 e acreditando no plano de governo.

demais Estados e com seus representantes diplomáticos. Os incisos XIX e XX tratam, respectivamente, do respeito aos tratados, atos internacionais e convenções, e de declarações de guerra e de paz (Constituição Federal do Brasil, 1988).

As relações do Presidente da República com o Congresso Nacional também podem influenciar a Política Externa. De acordo com Alessandra Preto (2006, p. 18), ainda que a Presidência da República tenha o poder de realizar as funções acima destacadas, ela fica sujeita à fiscalização do poder legislativo, como, por exemplo, nas ratificações dos compromissos internacionais tomados pela presidência. Nesse sentido, entende-se que era fundamental que Dilma Rousseff mantivesse um bom relacionamento com o Congresso Nacional como forma de garantir que seus projetos domésticos e internacionais fossem apoiados pelo poder legislativo.

i. O Primeiro Mandato: o planar do avião de Dilma

Antes de ser eleita Presidenta, Dilma Rousseff já tinha certa atuação política. Atuou como opositora ao regime militar e chegou a ser presa e torturada por três anos. Mais tarde, Dilma passaria pela fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Vale ressaltar que, antes de chegar ao cargo de Presidenta, Dilma não ocupou outros cargos eleitorais. Sua carreira política se dava mais com base em cargos obtidos por indicação. Alguns exemplos são o cargo de Diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre e, durante a presidência de Lula, os cargos de Ministra de Minas e Energia e Ministra-chefe da Casa Civil (BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020; OLIVEIRA & SILVEIRA, 2015, p. 136).

Durante as eleições presidenciais de 2010, foi lançado ao público um documento de campanha intitulado como “Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira”, com propostas de governo para diversas áreas de interesse. Sem oferecer muitos detalhes a respeito dos compromissos, o documento estava mais focado em apresentar algumas intenções. No que tange à Política Externa, a proposta era *herdar* as diretrizes da Política Externa de Lula e dar continuidade aos seus esforços. Dentre os pontos de intenções, destaca-se o interesse de progredir na integração com os países sul-americanos e com o “Sul Global” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2010, p. 17).

Já eleita, para o Itamaraty, Dilma Rousseff nomeou o diplomata Antônio Patriota para chanceler. Patriota havia atuado como Embaixador em Washington, mas não ocupou cargos especificamente significantes em relação ao subcontinente sul-americano. Como uma das heranças de Lula para Dilma aos assuntos internacionais, Marco Garcia foi mantido como assessor, esse sim conhecido por ter maior conhecimento e experiência sobre a região da América do Sul (PEREIRA, 2013; PASSO, 2015, p. 87; MARREIRO, 2017).

Sobre o perfil pessoal de Dilma Rousseff, Lyra (2018, p. 70) constata que a Presidenta teria baixa expressividade no que corresponde às características de ligadas à liderança. Lyra defende que a mandatária tem um perfil de atuação dentro dos limites colocados pelo ambiente enfrentado, sem inovações em suas ações. Esse ponto corrobora para que a sua diplomacia seja reativa. Ou seja, sem tomadas de decisões “ativas e ativas” como eram comuns no caso de seu antecessor. Lyra diz ainda o perfil da mandatária parecer ser mais fechado a outras opiniões. Nesse sentido, a Presidenta tenderia mais a trabalhar em um modelo de hierarquia e com dificuldade de distribuir responsabilidades.

Por fim, Lyra (2018, p. 70-75) demonstra que o perfil de liderança de Dilma Rousseff esteve mais dedicado às questões domésticas. Diferentemente de Lula, Rousseff não fazia muitas referências à América do Sul. A Presidenta agia de forma “diretiva, protocolar e burocrática, bastante reativa e focada na resolução de tarefas, muitas vezes, que necessitavam de capacidades para além da pura técnica”.

No jornal Estadão, Guilherme Casarões discutiu os “pecados” que Dilma vinha cometendo em sua Política Externa. Para Casarões (2015, s/p), um desses pecados era a soberba, demonstrada pela falta de apreço e dedicação à diplomacia presidencial.

O ex-diplomata e escritor Rubens Ricupero fez fortes críticas à personalidade e habilidades de Dilma em seu papel como mandatária:

[...] a diplomacia de Dilma agiu de forma afirmativa; no mais das vezes, contudo, preferiu adotar perfil discreto e reservado, o que abriu a guarda para ser criticada por Lula como tímida. [...] Dilma, ao contrário, escondia, debaixo da autossuficiência e da aspereza no trato com os diplomatas, insegurança mal disfarçada, nascida da falta de domínio linguístico e de graves deficiências de cultura internacional, sensibilidade e qualidades para o relacionamento interpessoal (RICUPERO, 2017, p. 682).

Podemos dizer que houve dois grandes momentos na Política Externa de Dilma Rousseff em relação à América do Sul. O primeiro foi a entrada da Venezuela no Mercosul. Dilma Rousseff tinha uma relação presidencial próxima ao então Presidente venezuelano Hugo Chávez. Era de interesse de ambos que a Venezuela pudesse se tornar membro-parte do Mercosul, composto também pela Argentina, Paraguai e Uruguai. O processo de entrada no bloco regional que já tinha sido sequenciado, precisava da aprovação interna dos quatro membros-partes, mas estava bloqueado pelo desacordo do governo paraguaio. No ano de 2012, Fernando Lugo sofreu um processo de impeachment. Nesse contexto, Dilma vislumbrou uma oportunidade de liderar um esquema presidencial para viabilizar a entrada da Venezuela no bloco. Logo após a consumação do impeachment no país vizinho, Dilma interligou esse evento ao Protocolo de Ushuaia II, conhecido como Cláusula Democrática. Com base nesse Protocolo e com apoio de alguns Presidentes, o Paraguai deveria ser temporariamente suspenso do Mercosul (DANZA & TULBOVITZ, 2015; RICUPERO, 2017, p. 684).

Com apoio de seu assessor de assuntos internacionais, Marcos Garcia, Dilma enviou um avião para o Uruguai com o objetivo de trazer ao Planalto um emissário de Pepe Mujica, Presidente uruguaio. Na chegada em Brasília, o emissário se encontrou diretamente com Dilma em uma sala reservada para uma rápida conversa. Sem anotações por parte do emissário sobre a conversa, a Presidenta mostrou informações sobre o ocorrido com Lugo apresentou a possibilidade de utilizar a Cláusula Democrática. No dia seguinte, antes da reunião presidencial dos membros do Mercosul, na Argentina, Dilma se reuniu com Pepe Mujica e com Cristina Kirchner, Presidenta da Argentina. Nessa reunião, Dilma formou uma espécie de *groupthink*⁶ e conseguiu apoio do Presidente uruguaio, que estava resistente, para realizar uma votação de suspensão do Paraguai. Sem a presença de membro algum do Estado paraguaio na votação, o membro-parte foi suspenso de forma arbitrária e, durante o seu tempo de suspensão, a Venezuela conseguiu se tornar membro do bloco regional (DANZA & TULBOVITZ, 2015; RICUPERO, 2017, p. 684).

O interesse de Dilma Rousseff de concretizar a entrada da Venezuela no Mercosul foi consumado com sucesso. Se o sistema internacional fosse visto como

⁶ Tradução: “grupo de pensamento” (tradução livre). Groupthink é uma dinâmica que pode ocorrer em grupo para encontrar um consenso entre os membros. Para saber mais, ler Morin e Paquin (2018, p. 107-108).

um grande jogo de xadrez, poderíamos dizer que Dilma conseguiu mover diversas peças, eliminando uma e conquistando outra.

O segundo caso aconteceu em maio de 2012 quando o senador boliviano Roger Pinto, fugindo de acusações de corrupção, se refugiou na embaixada brasileira em La Paz. Com base na Convenção de Caracas sobre o Direito de Asilo, promulgada em 1954, tem sido de costume e respeito por parte de Presidentes brasileiros o concedimento de pedidos de asilos políticos. No mês seguinte ao pedido, Dilma Rousseff concedeu o asilo, mas em razão de contradições com o governo boliviano, o senador permaneceu na embaixada brasileira. No início do ano seguinte, houve o encontro de líderes na cúpula África-América Latina. Nesse evento, o Presidente boliviano, Evo Morales, foi de encontro à Dilma a respeito do caso do asilo político. Nessa ocasião, Dilma não apresentou um posicionamento firme sobre o caso e disse: “Eu quase me arrependo de ter concedido o asilo” (RICUPERO, 2017, p. 685). O governo brasileiro era pressionado pelo boliviano. Apesar disso, o corpo diplomático brasileiro não recebeu instruções de Dilma sobre o que deveria ser feito sobre o caso. Sem ordens do alto escalão do Itamaraty e da Presidenta, o diplomata Saboia operacionalizou a saída do senador para o Brasil (RICUPERO, 2017, p. 684).

Esse caso demonstrou a inação de Dilma frente ao Presidente boliviano e a falta de interesse sobre o caso por ausência de instruções. Além da tensão entre ambos os Presidentes, o episódio resultou na queda do chanceler Antônio Patriota. A relação entre Dilma e Patriota estava desgastada desde a época da coalização formada por Dilma no Mercosul. O episódio do senador foi o estopim para Patriota que, em agosto de 2013, fez o pedido de demissão (BALZA, 2013; RICUPERO, 2017, p. 684).

Com a queda de Patriota, Dilma nomeou o diplomata de carreira Luiz Alberto Figueiredo Machado para o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Figueiredo Machado construiu sua carreira com concentração em embaixadas e em cargos dentro da Organização das Nações Unidas (ONU) e havia chegado ao nível de primeiro secretário quando foi removido para a embaixada brasileira no Chile. Diferentemente de Patriota, Machado tinha mais experiência profissional em contato com os estados da América do Sul e permaneceu no cargo de chanceler até o fim do primeiro mandato de Dilma (FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO, 2020).

Uma média anual elevada de viagens presidenciais ao exterior pode indicar que esse político considera a Política Externa como uma área de importância em seu governo e participa ativamente da sua condução em visita a outros países e a eventos ou organizações internacionais. Por outro lado, uma média anual baixa de viagens presidenciais pode indicar que o Presidente tem preferência por assuntos domésticos.” (MILANI et al., 2014, p. 63).

Como a pesquisa se lançou no desafio de fazer ligações de eventos que influenciaram o comportamento de Dilma Rousseff em sua diplomacia, é importante quantificar parte dessa influência a partir das viagens internacionais feitas pela Presidenta em seus mandatos. Como um referencial, a pesquisa vale-se do Presidente Lula como unidade de comparação. Quando comparada com seu antecessor, é visível que a Presidenta Dilma realizou uma quantidade consideravelmente inferior de viagens. Em relação aos primeiros mandatos de ambos, Dilma realizou cerca de ¼ a menos de viagens (CORNETET, 2014). Nas tabelas abaixo, é possível ver os destinos e quantidade de vezes que Dilma foi para cada país em seu primeiro mandato. No que corresponde à América do Sul, Dilma realizou 24 viagens de um total de 62, aproximadamente 38,7%⁷.

Tabelas 1 e 2 – Viagens de Dilma Rousseff e Países (2011-2014)⁸

DESTINOS NA AMÉRICA DO SUL	Nº DE VIAGENS	OUTRAS REGIÕES DO MUNDO	Nº DE VIAGENS
ARGENTINA	6	AMÉRICA CENTRAL	4
BOLÍVIA	0	AMÉRICA DO NORTE	5
COLÔMBIA	1	ÁFRICA	8
CHILE	2	EUROPA	15
EQUADOR	1	ÁSIA	5
GUIANA	0	OCEANIA	1
PARAGUAI	2		
PERU	4		
SURINAME	1		
URUGUAI	3		
VENEZUELA	4		

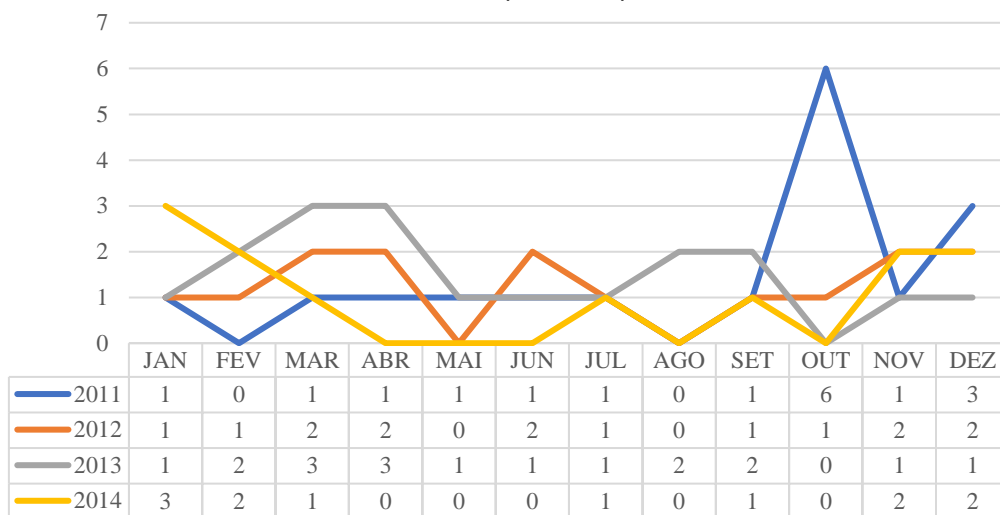
Fonte: criado pelo autor com base na Secretária de Comunicação Social (2011; 2012; 2013; 2014).

⁷ Em sequência decrescente: a Europa correspondeu a como destino 24,19% das viagens; o continente africano contando com 9,67% das viagens; América do Norte e Ásia sendo 8,06% cada; e, por fim, a Oceania correspondendo a 1,61%.

⁸ Importante informar que a tabela que contabiliza outras regiões considera a Turquia como país do continente europeu.

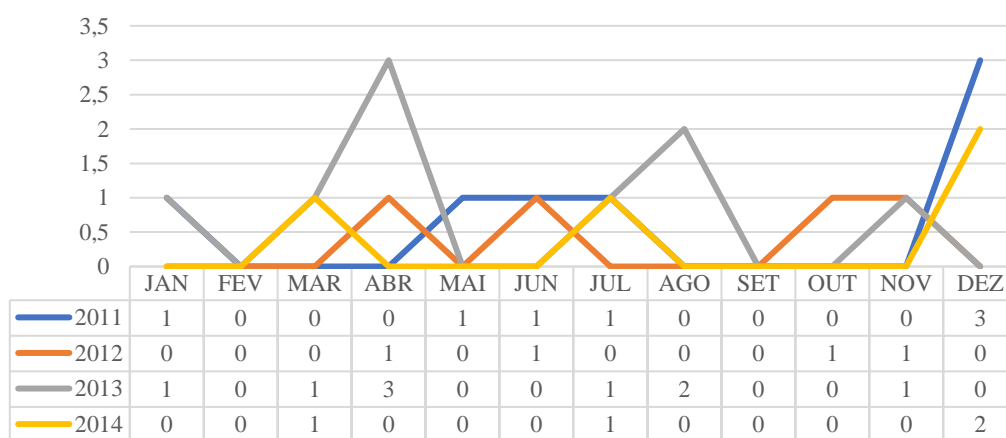
Uma perspectiva geral (gráficos 1 e 2) permite notar os momentos em que Dilma realizou mais viagens:

Gráfico 1 - Quantidade de Viagens internacionais Mensais de Dilma Rousseff (2011-2014)



Fonte: criado pelo autor com base na Secretaria de Comunicação Social (2011; 2012; 2013; 2014)

Gráfico 2 - Quantidade de Viagens Internacionais Mensais de Dilma Rousseff para Países na América do Sul (2011-2014)



Fonte: criado pelo autor com base na Secretaria de Comunicação Social (2011; 2012; 2013; 2014)

As viagens feitas nos meses de pico, dezembro de 2011 e abril de 2014, ainda que em épocas diferentes, foram protocolares, para cerimônias de posses

presidenciais e reuniões de organizações regionais do Mercosul, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

A primeira viagem de Dilma como Presidenta foi à Argentina, um dos maiores parceiros comerciais do Brasil⁹, onde se encontrou com a Presidenta Cristina Kirchner. O ponto que chama a atenção no encontro com a Presidenta argentina é que a mandatária Rousseff reiterou o respaldo do Brasil à Argentina a respeito da legitimidade de disputa das Ilhas Malvinas (Georgias do Sul, Sandwich do Sul com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte), tema sensível para a Argentina (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2011, p. 81). Sua proximidade ideológica facilitou o diálogo entre as Presidentas.

No que tange aos assuntos domésticos, o ano de 2013 foi marcado pelas manifestações que tomaram grandes proporções em todo o território brasileiro. Iniciadas em março, as manifestações tinham o objetivo de fazer oposição aos aumentos das tarifas dos transportes públicos. Diante do fervor das manifestações, o governo dos Estados Unidos da América alertou seus cidadãos que tinham viagens marcadas ao Brasil sobre as manifestações, que afetaram a diplomacia de Dilma Rousseff. O fervor dos manifestantes ocasionou o cancelamento da viagem de Dilma ao Japão (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013; BBC, 2013; AVRITZER, 2016).

Entre os meses de abril e julho de 2014, o país se encontrava estava nos preparos finais para a realização da Copa do Mundo. Em um momento em que o mundo todo voltou a atenção para o Brasil, Dilma Rousseff realizou apenas uma viagem de cunho protocolar à Venezuela ao fim de julho.

Como constatado por Miranda & Perrone (2015), no que diz respeito ao discurso, Dilma manteve em suas palavras a ideia da real importância da América do Sul para as relações exteriores do Brasil, tanto para o campo político como para o econômico. Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil esteve dedicado a de tornar uma espécie de líder na América do Sul. Pode-se dizer que Dilma enfraqueceu esse projeto com a ausência de um perfil mais ativo em relação à Política Externa que fez com que o Brasil não se tornasse um *paymaster*¹⁰ no processo de integração da região. Esse fato colabora com a visão de que, durante os

⁹ Irmãos e irmãs (tradução livre).

¹⁰ Pagador (tradução livre). O *paymaster*, ou o pagador, é compreendido aqui como aquele que financia e lidera o processo de intergeração regional.

governos da Presidenta, o Brasil deixou de ser um grande influente na América do Sul (LOPES, 2013, p. 77).

Em um pequeno balanço sobre a diplomacia de Dilma no primeiro mandato, é possível compreender que a mandatária tem um baixo perfil de liderança. A soma do baixo protagonismo de liderança de Dilma com os eventos em nível doméstico e com a quantidade de viagens internacionais, o resultado é que Dilma demonstrou ter foco em questões nacionais e pouco apreço pelas questões internacionais. Suas viagens internacionais foram estimuladas por eventos protocolares, tais como cúpulas de organizações internacionais.

No primeiro mandato, a Presidenta enfrentou entraves no nível doméstico, tais como fricções partidárias, manifestações nacionais e efeitos negativos na economia brasileira, pontos que trataremos na próxima seção.

ii. Segundo mandato de Dilma: o pouso do avião

Com o resultado de uma eleição muito disputada, Dilma conseguiu se reeleger com pequena margem de diferença nas urnas. Em linhas gerais, o programa de governo “Mais Mudanças, Mais Futuro”, leva ao conhecimento a pretensão de Dilma de fazer com que sua Política Externa seria uma continuidade do que já tinha sido trabalhado anteriormente. Uma espécie de “mais do mesmo”. Com a visão sobre o que foi feito no primeiro mandato, o programa de governo da mandatária manteve a ideia de importância para a América Latina, além de ter foco na região sul-americana para realizar ações via organizações regionais pelo Mercosul e pela UNASUL (SERRA, 2014).

Em geral, quando um Presidente é reeleito, os ministérios podem ser renovados por novas lideranças. Nas mudanças do governo para o segundo mandato, a Presidenta Dilma nomeou o diplomata Mauro Vieira para chanceler e manteve Garcia como seu assessor para assuntos internacionais. Sobre o novo chanceler do governo petista, cabe ressaltar que a escolha de Dilma finalmente trazia para a frente de ação das relações exteriores do Brasil um diplomata que atuou de forma incisiva dentro da região sul-americana, tendo servido na delegação brasileira na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), na capital do Uruguai. Um outro ponto que se destaca é que o chanceler escolhido para compor o gabinete de Dilma foi Embaixador do Brasil na capital da Argentina, Buenos Aires (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2010). Deve-se notar que há

uma grande diferença nos currículos do primeiro e último chanceler de Rousseff: Patriota foi Embaixador nos Estados Unidos e Mauro Vieira, na Argentina. Essa diferença deveria, pelo menos em teoria, dinamizar as relações do Brasil com a América do Sul.

Com o falecimento de Hugo Chávez, Nicolás Maduro assumiu a presidência venezuelana. A herança de governo deixada por Chávez somada com a gestão de Maduro resultou na decadência democrática e econômica da Venezuela. A crise venezuelana foi pauta de reuniões entre chanceleres na UNASUL. O deterioramento do Estado venezuelano demonstrou problemas democráticos e criou problemas fronteiriços com a Colômbia. Com a tensão entre o Estado venezuelano e o colombiano que gerou incertezas no norte da região sul-americana, o Brasil poderia ter sido mais assertivo no cenário regional e intermediado as relações entre as partes; além de negociar com o governo de Maduro sobre a crise que estava se aprofundando. Essa situação teria sido uma oportunidade para Rousseff agir de forma enfática ao ponto de contrariar as críticas ao seu perfil. No entanto, a mandatária perdeu essa chance ao aceitar do Planalto a indicação de enviar Mauro Vieira para conciliação do atrito entre Colômbia e Venezuela (FOREQUE, 2015).

Com o agravamento da crise democrática na Venezuela, a tensão e o clima de incertezas corroboraram para a “troca de farpas”. O Presidente argentino, Mauricio Macri, fez cobranças a Nicolás Maduro sobre as prisões de políticos no território venezuelano, em uma das cúpulas do Mercosul. Nessa tensão entre dois Presidentes sul-americanos, Dilma preferiu o distanciamento (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

Com uma má gestão e ilusões empresariais plantadas no primeiro governo, Dilma colheu os resultados em seu segundo mandato. O Produto Interno Bruto (PIB), ainda com saldos positivos, estava em queda constante e a inflação subia vertiginosamente sem controle eficaz do governo federal. Além disso, Dilma não estava conseguindo equilibrar as contas públicas, havia gastos de valores altos e retornos desproporcionais (RICUPERO, 2017, p. 676). Tais problemas econômicos e financeiros serviram como ingredientes nas mãos da oposição. Manifestações que objetivavam a saída de Dilma Rousseff da presidência se espalharam por todo o Brasil.

No que diz respeito ao Itamaraty, a preferência da Presidenta pelas questões internas se traduziu em um esquecimento do principal órgão das relações exteriores, que passou por problemas financeiros no período. Tomando os anos de presidência

de Lula como um ponto referencial, percebe-se que houve queda no número de aberturas de novos postos diplomáticos, além de poucas vagas ofertadas para ingressos no Instituto Rio Branco. O pouco apreço de Dilma pela diplomacia afetou diretamente o Ministério das Relações Exteriores. O Itamaraty chegou a passar por problemas de pagamentos aos postos diplomáticos. Foram manifestados problemas de recursos para pagamentos de luz, das missões, de água e de outras despesas mínimas para manter em funcionamento locais de trabalho (CORNETET, 2014, p. 121; RICUPERO, 2017, p. 683).

Em um cenário estável, Dilma poderia ter realizado mais viagens, desenvolvido mais a fundo a sua diplomacia presidencial e atuado de forma mais ativa na América do Sul. Porém, em razão de seu baixo perfil de liderança e descontroles políticos e econômicos, o avião de Dilma realizou um pouso antecipado no ano de 2016. Parte dessa decadência começou no primeiro ano de governo. Em 2011, Dilma demitiu diversos Ministros em razão de acusações de corrupção. O episódio ficou conhecido como “faxina ética”. O maior resultado desse caso é que Dilma não conseguiu reestabelecer o seu presidencialismo de coalizão¹¹ em uma proporção confortável. Desde essa “faxina”, Dilma manteve uma relação desgastante com o Congresso Nacional e não conseguiu aprovações importantes, enfraquecendo suas capacidades de governar (AVRIZTER, 2016; RICUPERO, 2017, p. 672).

Ainda que seu partido contasse com o apoio da maioria no Congresso, Dilma Rousseff não conseguiu acalmar as manifestações das elites brasileiras que demandavam a sua queda e não conseguiu mobilizar apoiadores parlamentares suficientemente para frear o movimento a favor do processo de impeachment. Com manifestações fervorosas de diversos setores, Dilma teve que voltar ainda mais a sua atenção para o ambiente doméstico, reduzindo ainda mais seu papel em assuntos internacionais.

Com a influência das mídias e das manifestações da oposição, a mandatária teve que se mobilizar. A partir dos aparatos democráticos, a Presidenta não conseguiu assegurar o seu apoio dentro do Brasil e buscou ajuda entre os vizinhos sul-americanos para se salvar do processo de impeachment. Com o discurso de que sofria um golpe, Dilma apostou nas pressões externas para contornar o processo. Com essa visão, no processo de assinatura do acordo de Paris, a Presidenta afirmou

¹¹ Para saber mais, vale a leitura do livro “Impasses da Democracia no Brasil”, de Leonardo Avritzer.

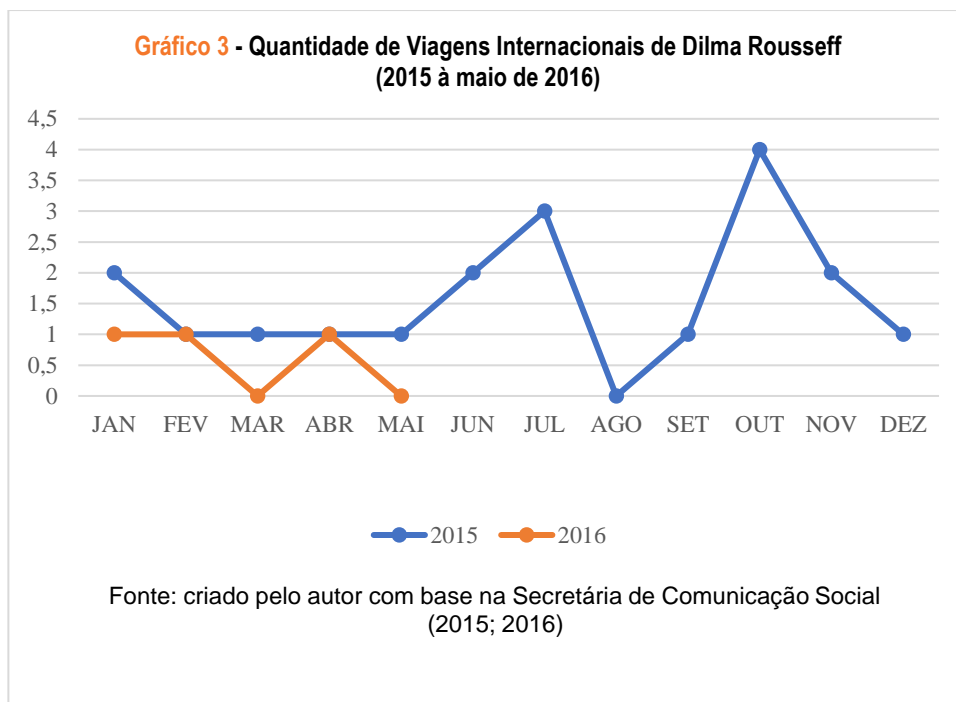
que a cláusula democrática do bloco econômico – a mesma utilizada contra o Uruguai em 2012 – deveria ser utilizada contra o Brasil, não a ponto de suspensão, mas como uma pressão para análise do que estava ocorrendo no cenário nacional (BALLOUSIER & NINIO, 2016). Os esforços foram em vão já que em 12 de maio de 2016, Dilma foi suspensa do cargo presidencial (AVRIZTER, 2016).

Como dito anteriormente, analisar as viagens presidências é uma boa forma, ainda que não a única, de analisar o interesse e os esforços empenhados pela presidência na Política Externa. Conforme as tabelas 3 e 4 e o gráfico 3 abaixo é possível compreender que Dilma realizou poucas viagens internacionais.

Tabelas 3 e 4 – Viagens de Dilma Rousseff e Países Destinos (2015 - 2016)

DESTINOS NA AMÉRICA DO SUL	Nº DE VIAGENS	OUTRAS REGIÕES DO MUNDO	Nº DE VIAGENS
ARGENTINA	1	AMÉRICA CENTRAL	3
BOLÍVIA	1	AMÉRICA DO NORTE	3
COLÔMBIA	1	ÁFRICA	0
CHILE	1	EUROPA	6
EQUADOR	1	ÁSIA	1
GUIANA	0	OCEANIA	0
PARAGUAI	0		
PERU	0		
SURINAME	0		
URUGUAI	1		
VENEZUELA	0		

Fonte: criado pelo autor com base na Secretaria de Comunicação Social (2015; 2016).



Durante seu segundo mandato, a Presidenta Dilma realizou dezenove viagens internacionais, totalizando uma queda de aproximadamente 5,55% em comparação com o anterior. De acordo com a tabela, a América do Sul empatou com os países europeus: foram seis viagens de Dilma para cada região, cada uma representando 31,57% do total de viagens da Presidenta.

Conforme o gráfico acima, pode-se ver que o processo de impeachment atingiu diretamente as viagens internacionais de Dilma Rousseff. O processo foi enviado para a Câmara dos Deputados em outubro de 2015. A partir desse mês, a frequência de viagens da mandatária caiu fortemente, que ocasionou em atuação ainda mais reduzida no âmbito internacional e quase inexistente na América do Sul.

Das trinta viagens realizadas para destinos na América do Sul, entre janeiro de 2011 e maio de 2016, Dilma teve como objetivo principal participar de reuniões regionais, tais como as cúpulas da UNASUL (50% do total); 27% foram viagens para cerimônias oficiais; e 23% foram para assinaturas de atos internacionais (2016, p. 42; SECRETARIA de COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016). O perfil de suas viagens internacionais foi em grande parte protocolar, reforçando a ideia de que faltou um espírito mais proativo e participativo da Presidenta Dilma Rousseff

na tarefa de garantir ao Brasil um papel de relevância na região e contribuir para amenizar os efeitos da crise no seu segundo mandato.

Considerações finais

Este trabalho buscou entender quais foram os acontecimentos domésticos e internacionais que, somados com o perfil de Dilma, influenciaram a diplomacia da Presidenta para a América do Sul.

Para compreender o que foi a diplomacia de Dilma Rousseff para a América do Sul, uma analogia de uma viagem aérea pode servir de ajuda. Um avião realiza a decolagem, voa em altitude de cruzeiro e faz o seu pouso – podendo ser no destino ou a realização de uma escala e, se for o caso, depois realiza viagem ao destino final. Essas três etapas são o início, o meio e o fim de uma diplomacia presidencial.

Para a decolagem, Dilma escolheu a sua tripulação, sendo Antônio Patriota para chanceler e Marco Garcia para assessor de assuntos internacionais. O chanceler que, apesar de ter liderado a Política Externa do governo, também prestou conselhos e informações para a presidência pilotar a diplomacia presidencial. A decolagem no primeiro ano de governo de Dilma foi pautada por uma fraca turbulência em razão da troca de parte de seu gabinete. Apesar disso, os auxiliares se mantiveram nos cargos. Ainda sobre o ano de 2011, Dilma iniciou suas ações na América do Sul, mas não realizou grandes feitos. Foi um ano consideravelmente tranquilo na diplomacia presidencial.

A viagem em altitude de cruzeiro pode ser entendida como os anos 2012 e 2013. Durante esses anos, a diplomacia de Dilma Rousseff sofreu pequenas alterações. Em seu planar, Dilma alçou o voo um pouco mais alto quando organizou a coalizão de Presidentes no Mercosul para viabilizar a entrada da Venezuela no bloco regional. Entretanto, pela falta de espírito de liderança e interesse na Política Externa, o caso do senador boliviano e com as manifestações espalhadas por todo o Brasil, Dilma sofreu abalos na sua diplomacia e perdeu o seu primeiro chanceler. As manifestações populares, uma espécie de turbulência na diplomacia de Dilma, deixaram alguns danos, os quais realizaram estragos posteriormente.

O ano de 2014 foi marcado pela baixa produtividade de liderança de Dilma na América do Sul. Em razão das manifestações, a Copa do Mundo e por ter sido ano eleitoral, a quantidade de viagens de Dilma foi baixa. Esses fatores somados com o baixo interesse de Dilma no que corresponde ao plano externo resultou na falta de

ativismo na diplomacia presidencial. Contudo, os resultados das eleições reformularam a rota da viagem. A reeleição de Dilma abasteceu a sua diplomacia e modificações foram feitas para uma nova decolagem e com o pouso previsto para 2018.

O segundo mandato de Dilma foi pautado intrinsecamente por desgastes políticos e econômicos. Em 2015, a decolagem da diplomacia da mandatária foi fortemente influenciada por esses desgastes. Na América do Sul, Dilma se distanciou de eventos que poderiam ter produzido resultados positivos como, por exemplo, o agravamento da crise na Venezuela que gerou clima de incertezas e troca de farpas. Dilma preferiu não liderar iniciativas na região e se distanciou de possíveis conflitos. A mandatária pouco se pronunciou sobre eventos regionais e preferiu enviar o novo chanceler, Mauro Vieira, para mediar as negociações.

O plano que, inicialmente, era realizar voo em altitude de cruzeiro durante 2016 e 2017 e realizar pouso em 2018, foi cancelado. A diplomacia presidencial de Dilma Rousseff enfrentou graves turbulências desde a fúria da elite brasileira até o fortalecimento da oposição no Congresso. Essas turbulências afetaram gravemente a diplomacia de Dilma. O foco da Presidenta se voltou completamente para o âmbito doméstico da política brasileira. Sem ajuda externa, em especial dos aliados na América do Sul, e com os apoiadores enfraquecidos, o avião de Dilma teve que realizar pouso forçado em maio de 2016.

O que pôde ser visto na leitura? A soma entre o fraco perfil de liderança de Dilma Rousseff com a falta de apreço pela Política Externa e a falta de habilidades políticas para manter um presidencialismo de coalizão ao ponto de governar sem o risco de queda, ditou a diplomacia de Dilma. Abastecendo seu *avião da diplomacia* com a quantidade de combustível necessária apenas para cumprir com as obrigações internacionais rotineiras, a Política Externa brasileira durante o tempo da mandatária deixou a desejar em diversos aspectos.

Referências bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 153.

BALLOUSIER, Anna Virginia. NINIO, Marcelo. Dilma critica Ministros do Supremo que disseram não haver golpe. *Folha de São Paulo*. 22 Abr. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763951-dilma-retoma-tese-de-golpe-e-sugere-que-temer-nao-tem-legitimidade.shtml>>. Acesso em: 13 Fev. 2020.

BALZA, Guilherme. Ministro Antonio Patriota cai após fuga de senador boliviano para o Brasil. *UOL*. Publicado em 26 de ago. de 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/08/26/patriota-pede-demissao-do-itamaraty.htm>>. Acesso em: 04 Jun. 2020.

BASTOS, Pedro P. Z. *Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e ideologia*. Revista de Economia Contemporânea, 2017. 63p.

BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Dilma Rousseff: Biografia*. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-Presidentes/dilma-Rousseff/biografia>. Acesso em: 16 Jan. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Verbete: VIEIRA, Mauro. In: Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vieira-mauro>. Acesso em 31 Jan. 2020.

CORNETET, João Marcelo Conte. A Política Externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. *Conjuntura Austral*. v. 5, n. 24, 2014. 111-150p. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/47628/30012>>. Acesso em: 23 Jan. 2020.

Cronologia Dos Fatos Dilma pede 'grande pacto' para transporte, saúde e educação. *BBC*. Publicado em: 21 jun. 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/celular/noticias/130621_livepage_protestos_sexta_jp.shtml>. Acesso em: 04 jun. 2020.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial: história e crítica*. 2ª ed. rev. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2017. 641p.

DANZA, Andrés; TULBOVITZ, Ernesto. *Uma ovelha negra no poder: confissões e intimidades de Pepe Mujica*. Ed. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

Dilma cancela viagem ao Japão por causa de manifestações e turbulência financeira. *Folha de São Paulo*. Publicado em: 26 jun. 2013. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1298333-dilma-cancela-viagem-ao-japao-por-causa-de-manifestacoes-e-turbulencia-financeira.shtml>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Dilma sugere que manterá distância de questão venezuelana em reunião. *Folha de São Paulo*. Publicado em: 26 jun. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/12/1721684-dilma-sugere-que-manterea-distancia-de-questao-venezuelana-em-reuniao.shtml>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

FOREQUE, Flávia. Dilma envia chanceler a Colômbia e Venezuela para tratar de crise. *Folha de São Paulo*. 04 set. 2015. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/09/1677745-dilma-envia-chanceler-a-colombia-e-venezuela-para-tratar-de-crise.shtml>>. 13 Fev. 2020.

HUDSON, Valerie M. *Foreign policy analysis: Classic and Contemporary Theory*. 2ª ed. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2014. 257p.

JAEGGER, Bruna Coelho. *A Política Externa do governo Dilma Rousseff para a América do Sul (2011-2015): O fim do paradigma logístico?*. Porto Alegre. 2016, 66p. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LOPES, Dawisson Belém. *Política Externa Brasileira e Democracia: ensaio de interpretação histórica*. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2013. 312p.

LYRA, Mariana P. O. *Líderes, integração regional e defesa: um estudo sobre a influência dos estilos da liderança brasileira no Conselho de Defesa Sul-Americano (2009-2014)*. Recife. 2018, 175f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política.

Luiz Alberto Figueiredo Machado. Fundação Alexandre Gusmão. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/Ministros-de-estado-das-relacoes-exterores?id=426>>. Acesso em: 04 Jun. 2020.

MARREIRO, Flávia. Morre Marco Aurélio Garcia, pilar da Política Externa de Lula e do PT. *El País*. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2017/07/20/politica/1500577794_700967.html>. Acesso em: 23 Jan. 2020.

MILANI, Carlos R. S. PINHEIRO, Letícia. Política Externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, v. 35, n.1 Rio de Janeiro jan./jun. 2013. <Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292013000100001>>. Acesso em 01 Jan. 2020.

MILANI, Carlos R. S. et al. *Atlas da Política Externa Brasileira*. 1ª ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014. 135p.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Resenha de Política Exterior do Brasil*: n. 108, 1º semestre de 2011. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2011. 250p.

MIRANDA, Samir Perrone de; RIBEIRO, Camille Amorim Leite. *A América do Sul na Política Externa de Dilma Rousseff: continuidades e rupturas*. Porto Alegre. I Seminário Internacional de Ciência Política, 2015.

MORIN, Jean-Frédéric; PAQUIN, Jonathan. *Foreign Policy Analysis: A Toolbox*. Cham: Palgrave Macmillan, 2018. 359p.

NETO, Octávio Amorim. A Crise Política Brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. *Relações Internacionais*, n.52. 2016, p. 43-54.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; SILVERIA, Isadora Loreto da. De Lula a Dilma: Mudança ou continuidade na Política Externa Brasileira para a América do Sul?. *Revista de Estudos Internacionais*, v.6, n.2, 2015, 134-159p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). *Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira*. Brasília. 2010, p. 17.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. *A Política Externa do Governo Dilma Rousseff: uma Brevíssima Avaliação*. In: CORSI, Francisco Luiz. CAMARGO, José Morangoni.

PEREIRA, Leandro Batista. Verbetes: Patriota, Antônio Aguiar. In: Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/patriota-antonio-de-aguia>. Acesso em: 23 Jan. 2020.

PÉREZ, José O. SILVA, André Luiz da. The Rise and Fall of Brazilian Foreign Policy. In: *Latin American Perspectives*, v.46. 2019. 169-185p.

PINHEIRO, Letícia. SALAMÓN, Mónica. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.56, n.1, p. 40-59, 2013.

PRETO, Alessandra Falcão. *O Conceito de Diplomacia Presidencial: O Papel da Presidência do Brasil na Formulação de Política Externa*. São Paulo. 2006. 101 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

RAMALHO, Renan. Especialistas apontam estratégias possíveis dos candidatos na reta final. G1: 22 Out. 2020. Disponível em: <g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/10/especialistas-apontam-estrategias-possiveis-dos-candidatos-na-reta-final.html>. Acesso em: 01 Fev. 2020.

RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal, 2017. 781p.

SANTOS, Agnaldo dos (ORGs). *A Conjuntura Econômica e Política Brasileira e Argentina*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. 207p.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Viagens Internacionais da Presidenta da República em 2011*. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-Presidentes/dilma-Rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais11.pdf/view>. Acesso em 18 Jan. 2020.

_____. *Viagens Internacionais da Presidenta da República em 2012*. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-Presidentes/dilma-Rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais12.pdf/view>. Acesso em 18 Jan. 2020.

_____. *Viagens Internacionais da Presidenta da República em 2013*. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-Presidentes/dilma-Rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais13.pdf/view>. Acesso em 18 Jan. 2020.

_____. *Viagens Internacionais da Presidenta da República em 2014*. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-Presidentes/dilma-

Rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais14.pdf/view>. Acesso em 18 Jan. 2020.

_____. Viagens Internacionais da Presidenta da República em 2015. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-Presidentes/dilma-Rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais15.pdf/view>. Acesso em 18 Jan. 2020.

_____. Viagens Internacionais da Presidenta da República em 2016. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-Presidentes/dilma-Rousseff/viagens-internacionais/viagens-internacionais16.pdf/view>. Acesso em 18 Jan. 2020.

SERRA, Bruna. Programa de governo de Dilma Rousseff. **UOL**: 24 Set. 2014. Disponível em: <congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/programa-de-governo-de-dilma-Rousseff/amp/>. Acesso em: 01 Fev. 2020.

SILVA, André Luiz Reis da; ANDRIOTTI, Luiza Salazar. A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010). *Conjuntura Austral*, v. 3, n. 14, p. 69-93, out. 2012. ISSN 2178-8839. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/32986/22424>>. Acesso em: 24 jun. 2020. doi:<https://doi.org/10.22456/2178-8839.32986>.